

1º Seminário Mineiro de Integridade reúne instituições públicas de Minas Gerais

Defensoria Pública de Minas Gerais integra a rede que vai debater temáticas relativas à integridade e combate à corrupção entre os dias 28 e 30 de setembro

Tem início, no dia 28 de setembro de 2020, o 1º Seminário Mineiro de Integridade, evento on-line que vai reunir especialistas em integridade e autoridades de todas as esferas de poder de Minas Gerais para debater temáticas relativas à integridade e prevenção à corrupção.

O evento, aberto ao público, contará ainda com a assinatura do Protocolo de Intenções para a instituição da Rede Mineira de Integridade.

A partir de uma perspectiva positiva da integridade pública, em que o fortalecimento da cultura ética e o fomento de ações preventivas no combate à corrupção são vistos como essenciais para a melhoria dos serviços públicos e para o desenvolvimento de uma relação proba, sustentável e íntegra entre o setor público e o privado, o 1º Seminário Mineiro de Integridade tem como público-alvo tanto os públicos internos dos órgãos participantes quanto o público externo com interesse na área de integridade e a sociedade em geral.



[LEIA MAIS NA PÁGINA 2](#)

AÇÕES DE DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas e outras instituições assinam protocolo em defesa dos direitos das pessoas com deficiência

DPMG divulga relatório de comunidades ameaçadas de despejo na Região Metropolitana de Belo Horizonte

[PÁGINA 3](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO:

- > Agenda DPG [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque [PÁGINAS 2, 3 e 4](#)
- > Na mídia [PÁGINA 4 e 5](#)
- > Publicação [PÁGINA 5](#)
- > Escola Superior [PÁGINA 5 e 6](#)
- > Procedimentos internos [PÁGINAS 7 e 8](#)

ESCOLA SUPERIOR

Defensores públicos debatem prequestionamento no 10º encontro do 'Diálogos com a Desits'

[PÁGINA 6](#)

Funcionamento da Defensoria Pública do Estado a partir de 14/9/2020

[Saiba mais](#)



Defensor-geral recebe presidente do Tribunal de Justiça Militar

Foto: Claudinei Souza



O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu uma visita de cortesia do presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), desembargador Fernando José Armando Ribeiro.

O encontro aconteceu na terça-feira, dia 21, no gabinete da Defensoria Pública-Geral e contou com a presença da chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e do coordenador regional da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo.

A atuação da Defensoria Pública no TJMMG foi pauta da conversa.



CONTINUAÇÃO DA CAPA

1º Seminário Mineiro de Integridade

“O 1º Seminário Mineiro de Integridade tem como objetivo articular e fortalecer a interação dos agentes que atuam nos órgãos e entidades a partir da realização de debates com temáticas relevantes para a promoção e fomento da integridade pública”, afirmou Nicolle Bleme, subcontroladora de Transparência e Integridade da CGE.

O evento é uma iniciativa conjunta da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG), Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), com o apoio da Transparência Internacional Brasil (TIBr).

A Rede Mineira de Integridade

Durante o Seminário, será assinado o Protocolo de Intenções para a criação da Rede Mineira de Integridade – RMI, cuja formação inicial será composta pelos seguintes órgãos estaduais: Governo do Estado de Minas Gerais, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Rede Mineira de Integridade tem como obje-

tivo principal o fortalecimento da atuação conjunta nas ações de fomento à integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da integridade e da ética pública, respeitadas as competências e atribuições de cada membro integrante.

Guiada pelos princípios da cultura da integridade, da transparência e acesso à informação, do aprimoramento da qualidade dos serviços públicos, da confiança, da proatividade e inovação, da inclusão e acessibilidade, da ética e do interesse público, a RMI visiona o trabalho colaborativo e a ação coletiva para a difusão da cultura íntegra e ética tanto na Administração Pública, quanto nas relações entre o setor público e toda a sociedade. A partir da institucionalização formal da RMI, os órgãos signatários deverão indicar pontos focais dentro de seus quadros funcionais para o desenvolvimento conjunto de ações que vão ao encontro dos princípios da rede. Com o intuito de também envolver outras entidades do setor público e do setor privado após a sua institucionalização, incluindo as universidades e as organizações da sociedade civil, a criação da rede estabelece uma agenda positiva na valorização do setor público mineiro e na busca por uma sociedade mais íntegra, justa e sustentável.

[Veja aqui a programação completa](#)

[Inscrições](#)

AÇÕES DE DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas e outras instituições assinam protocolo em defesa dos direitos das pessoas com deficiência

No Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, em 21 de setembro, as Instituições do Sistema de Justiça e do Sistema Público em atuação no Estado de Minas Gerais assinaram o Protocolo de Intenções em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

O documento cria a Rede de Proteção à pessoa com deficiência comprometendo-se as Instituições signatárias (por meio de suas repartições especializadas) no trabalho e na articulação em rede, visando ações conjuntas na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo a realização de seminários e congressos com foco na educação em direitos e elaboração de projetos no intuito de se criar políticas públicas de inclusão eficazes.

Ficou ainda estipulada a periodicidade mínima se-

mestral para realização da reunião entre todas as Instituições subscritoras, oportunidade em que serão compartilhados pela Rede de Proteção os desafios e também os avanços para construção conjunta da inclusão da pessoa com deficiência.

São signatárias do Protocolo de Intenções – Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública da União, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Procuradoria da Fazenda Nacional, Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais e a Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Minas Gerais.

[Leia na íntegra e acesse o protocolo](#)

DPMG divulga relatório de comunidades ameaçadas de despejo na Região Metropolitana de Belo Horizonte

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) divulgou, para as entidades integrantes do Movimento Despejo Zero, relatório com os processos de conflitos possessórios, ações possessórias ou reivindicatórias que a Instituição acompanha na zona urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e que, pela existência de um processo questionando a posse, estão ameaçadas de despejo.

Elaborado pela Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), o relatório

lista ações que possuem liminar de reintegração de posse e outras que não possuem.

O objetivo do relatório é a transparência da DDPH e a divulgação da existência dos conflitos na região metropolitana para conhecimento do Movimento Despejo Zero.

O documento também foi encaminhado para a Promotoria de Direitos Humanos, que é o órgão no Ministério Público incumbido de acompanhar os processos possessórios em Belo Horizonte.

[Clique aqui para ler o relatório](#)

Campanha Despejo Zero

A Defensoria Pública de Minas Gerais é uma das instituições que aderiram ao movimento nacional “Campanha Despejo Zero – Pela Vida no Campo e na Cidade”, em favor da suspensão imediata de processos de despejos e remoções, independentemente de terem origem na iniciativa privada ou no poder público.

A iniciativa tem o objetivo de denunciar a contínua ação de despejo e reintegrações de posse que vêm ocorrendo nos últimos meses em vários estados brasileiros, mesmo com a pandemia da Covid-19.

De acordo com a defensora pública Cleide Aparecida, que atua na DDPH, ao serem despejadas as pessoas tornam-se ainda mais vulneráveis e expostas à contaminação, uma vez que o isolamento e o distanciamento social são as principais medidas de proteção ao coronavírus.

A defensora explica que a DDPH está acompanhando os conflitos fundiários e urbanos em Minas Gerais e a campanha surge em um momento singular da sociedade brasileira, afligida não só pela crise sanitária, pelo risco de contágio, como pelo contexto socioeconômico atual.

“Temos acompanhado os conflitos e conhecemos de perto o sofrimento das famílias que decidem, por força da necessidade e desespero, ocupar um imóvel com ou sem auxílio dos movimentos sociais. Para enfrentar essa doença é necessário a solidariedade, não apenas por razões humanitárias, mas em nome da própria sobrevivência da humanidade. O cumprimento de despejos implica em aglomerações e coloca em risco, além das famílias, os diferentes agentes públicos envolvidos na diligência”, afirma Cleide Nepomuceno.

AÇÕES DE DESTAQUE

DPMG envia recomendação à Polícia Civil para prevenção e apuração de agressões policiais em Ribeirão das Neves

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Ribeirão das Neves emitiu recomendação à Delegacia Regional de Polícia Civil da comarca no sentido de se observar a adoção de providências para melhor apuração dos relatos de agressões policiais às pessoas abordadas no município. A orientação leva em consideração o atual período de pandemia – provocada pela Covid-19 – e a suspensão das audiências presenciais de custódia.

O documento, assinado pelos defensores públicos Paulo César Azevedo de Almeida e Gustavo de Lima Lei-

te, registra que, com a suspensão das audiências de custódia, o controle da legalidade da prisão em flagrante deve ser feito não só com o exame de corpo de delito, mas também complementado pelo registro fotográfico do rosto e corpo inteiro da pessoa conduzida. A extração de fotos tem por finalidade documentar os indícios de tortura ou maus-tratos na ação, já que, por ora, os conduzidos não estão sendo apresentados à autoridade judicial no prazo de 24 horas.

[Leia matéria na íntegra](#)



NA MÍDIA

DIA DAS CRIANÇAS EM JANAÚBA

Defensoria Pública recolhe doações para crianças de creche marcada por tragédia em Janaúba

[Jornal Montes Claros, 17/09](#)

Defensoria Pública mineira promove 4ª campanha de arrecadação para crianças de Janaúba

[Portal do Magistrado, 18/09](#)

Defensor público-geral fala sobre a campanha de arrecadação para crianças de Janaúba em programa de TV

[TV Alterosa Alerta, 21/09](#)

Defensoria recebe doações para ajudar famílias da tragédia em Janaúba

[Inter TV Notícia – Grande Minas, 25/09](#)

BARÃO DE COCAIS

Defensora pública mineira concede entrevista sobre situação das famílias retiradas de distrito de Barão de Cocais por risco de rompimento de barragem

Em entrevista concedida no dia 21/9, a defensora pública de Minas Gerais, Carolina Morishita, que atua no Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, falou sobre a situação dos moradores do distrito de Socorro, no município de Barão de Cocais.

[Bom Dia Minas](#)

MUTIRÃO DIREITO A TER PAI

Mutirão vai colocar nome do pai ou da mãe na certidão de nascimento

[TV Canção Nova, 22/09](#)

Defensora Pública fala sobre as inscrições do Mutirão Direito a Ter Pai em Varginha

[TV Princesa, 22/09](#)

Defensoria Pública de MG faz ‘Mutirão Direito a Ter Pai 2020’

[MG1, 24/09](#)

Defensoria Pública abre inscrições para mutirão de reconhecimento de paternidade

[MGTV 1ª Edição – TV Globo Minas, 24/09](#)



Dia 30 de setembro encerra o prazo para se inscrever no 8º Mutirão Direito a Ter Pai, que este ano é realizada de forma virtual em virtude da pandemia da Covid-19 e acontece em 33 comarcas do Estado.

[Veja aqui informações sobre as unidades participantes e os canais digitais de cada uma para inscrição.](#)



NA MÍDIA

DIÁRIO TRIBUNA

Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e Superintendência de Ensino realizam evento “Formando Formadores”

Evento promoveu um diálogo sobre discriminação de gênero, violência doméstica e familiar contra a mulher (Teófilo Otoni, 24/09)

[Veja aqui](#)

PUBLICAÇÃO

Defensores públicos publicam no Conjur artigo sobre legitimação universal da Defensoria

Disponível no portal Consultor Jurídico – Conjur artigo assinado pelos defensores públicos de Minas Gerais, Gustavo Dayrell, e do Rio Grande do Sul, Felipe Kirchner.

Intitulado “A legitimação universal da Defensoria Pública no controle concentrado de constitucionalidade”, o artigo aborda decisões de tribunais reconhecendo a universalidade da legitimação da Defensoria, permitindo ao defensor público-geral, entre outras atribuições, a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade e de Ação Direta de Constitucionalidade.

[Clique aqui para ler o artigo](#)



ESCOLA SUPERIOR

Esdep promove webinar sobre escuta ativa e empática

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) promove, a partir do dia 29 de setembro, o webinar “Coletivizando as Lutas – A Educação em Direitos com a Defensoria Mineira”.

Gratuita e aberta ao público pelo canal da Defensoria Pública de Minas no Youtube, iniciativa pretende debater e melhorar a comunicação entre as pessoas.

O webinar tem como objetivo incentivar a educação em direitos, com abordagem comunicacional direta e debate de temas atuais e de interesse geral ou de grupos específicos envolvendo os vulnerabilizados.

A proposta dos encontros é avaliar a escuta enquanto instrumento de grande importância para as relações humanas, seja no ambiente de trabalho ou na escola.

Os próximos encontros programados abordarão a importância do acolhimento – como lidamos com o afeto na pós-pandemia?

E se o escutar fosse um eterno brincar?

29 de setembro 19h
Transmissão ao vivo no youtube
[youtube.com/c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)

Francis Coutinho
Defensoria Pública MG

Sergio Luciano
O cara dos processos

Ravi Resck
O brincalhão

ESDEP ESCOLA SUPERIOR

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

II Seminário Virtual de Escolas de Governo: 'Compartilhando experiências'

No período de 28 de setembro a 19 de outubro acontece o “II Seminário Virtual de Escolas de Governo: compartilhando experiências”. Promovido pela Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais (Reap/MG), o evento será realizado a distância, na plataforma moodle, sem custo para os participantes.

Diversas escolas de Governo, instituições e órgãos congêneres apresentam significativo acúmulo de conhecimento sobre educação corporativa e educação a distância.

O evento tem como objetivo permitir a circulação desse conhecimento e a troca de experiências, de forma a melhorar as ações de formação promovidas pela administração pública, o que se torna especialmente importante no momento em que as escolas devem se adaptar às demandas impostas pela pandemia.

[Clique aqui para ver a programação](#)

[Clique aqui para se inscrever](#)

ESCOLA SUPERIOR

Live da Esdep-MG: defensores públicos falam da democratização da jurisdição constitucional e legitimação universal da Defensoria Pública



Durante a live da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) dessa semana, os defensores públicos mineiros Renata Martins de Souza e Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos falaram sobre a democratização da jurisdição constitucional e legitimação universal da Defensoria Pública.

- A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.

>> A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira), onde o link fica disponível.

Defensores públicos debatem prequestionamento no 10º encontro do ‘Diálogos com a Desits’

O 10º encontro virtual da série “Diálogos com a Desits”, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) e realizado na sexta-feira, 25/9, abordou o tema “Prequestionamento”.

A reunião foi conduzida pelos defensores públicos Flávio Wandeck e Adriana Pereira, que atuam no Núcleo de Atuação Junto aos Tribunais Superiores, em Brasília.

O encontro contou com a participação especial do defensor público do Rio Grande do Sul, Domingos Barroso da Costa, que também atua nos Tribunais Superiores, em Brasília.

Os defensores públicos trocaram experiências sobre prequestionamento, que é a alegação prévia e análise pelo órgão julgador da matéria de interesse do recorrente, para que um recurso excepcional seja recebido pelas instâncias superiores, analisando casos concretos, súmulas e jurisprudências.



>> A próxima edição do evento será na sexta-feira, 2/10, a partir das 14 horas, com o tema da área Cível “Ações Indenizatórias”.

Os “Diálogos com as Desits” são encontros semanais, com a participação de defensoras e defensores públicos em atuação na Segunda Instância e Tribunais Superiores intercalando temas da Cível e Criminal.

[Veja outras informações no site da Esdep](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira)



[c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)



[@defensoriamg](https://twitter.com/defensoriamg)



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS INTERNOS I

NOTA DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Abertura de consulta e habilitação eletrônica para indenização de férias regulamentares

A Defensoria Pública-Geral informa que a partir das **0h do dia 23 de setembro às 23:59h do dia 05 de outubro de 2020**, estará disponível, exclusivamente pelo sistema de Gerenciamento de Férias, habilitação de férias regulamentares, indeferidas por necessidade do serviço, por Defensores e Servidores, para fins de indenização, nos seguintes termos:

1. A consulta e a habilitação estarão disponíveis exclusivamente por meio eletrônico, no Sistema de Gerenciamento de Férias, no SIGED 2.0, na intranet;
2. O prazo para habilitação dos interessados é das 0h do dia 23 de setembro às 23:59h do dia 05 de outubro de 2020;
3. Será admitida a habilitação de até 25 (vinte e cinco) dias úteis por Defensor Público ou Servidor, indeferidos por necessidade do serviço, referentes ao saldo indeferido dos últimos 05 (cinco) anos e de 2020, inclusive, constantes do sistema de gerenciamento de férias no campo "Indeferidos e passíveis de indenização" e "Crédito de férias indeferidas ano vigente";
4. Após o período de habilitação, a Defensoria Pública-Geral fará a análise orçamentária para definir o quantitativo dos dias que efetivamente serão indenizados, bem como a forma do pagamento, haja vista a necessidade de compatibilização da indenização das férias com os demais eventos da folha de pessoal ativo.

Os casos omissos serão decididos pela Defensoria Pública-Geral.

Criação de grupo de trabalho para elaboração de proposta de Regimento Interno da DPMG

[Resolução nº 240/2020](#)

Aberta consultas para cooperação voluntária e temporária na Desits Cível

A Resolução nº 264/2020, publicada no DOMG de 22/9/2020, dispõe sobre abertura de consulta para interessados em participarem de cooperação voluntária e temporária nas Defensorias Especializadas em 2ª Instância e Tribunais Superiores Cível (Desits-Cível), **exclusivamente nas demandas que envolvam SAÚDE.**

[Acesse aqui a Resolução nº 264/2020](#)

Demandas no DIREITO DA FAMÍLIA

[Acesse aqui a Resolução nº 265/2020](#)

Demandas que envolvem INFÂNCIA E JUVENTUDE

[Resolução nº 266/2020](#)

Abertura de consulta para interessados (as) em participar de cooperação voluntária e temporária nas Defensorias Cíveis do Barreiro/Belo Horizonte

[Leia aqui a Resolução nº 273/2020](#)

Serviço de Atendimento Processual-SAP da área de Família e Sucessões na unidade de Pedro Leopoldo

[Resolução nº 269/2020](#)

Serviço de Atendimento Processual-SAP da área de Família e Sucessões na unidade de Contagem

[Resolução nº 270/2020](#)

Criação do Centro de Conciliação e Mediação da DPMG em Nova Lima

[Resolução 271/2020](#)

CORREGEDORIA-GERAL

Aviso informa sobre inserção de novas prestações no relatório mensal de produtividade

[Veja aqui o aviso nº 005/CGDPMG/2020](#)

Informe da CG

A Corregedoria-Geral informa que encaminhou para apreciação do egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais minuta de Deliberação alterando o Regulamento do Estágio Probatório no âmbito da Defensoria Pública.

HOMENAGEM



PROCEDIMENTOS INTERNOS II

ESDEP INFORMA

Inscrições até 15/11 para Curso de Capacitação de Execução Criminal Online

A Esdep disponibilizará gratuitamente para todas as defensoras e defensores públicos do Estado o Curso de Capacitação de Execução Criminal Online.

O curso preparará as defensoras e os defensores nas disciplinas de legislação específica, peticionamento, criminologia e sociologia do cárcere e inspeções em casas prisionais.

As disciplinas são ministradas por professores qualificados, bem como por defensoras e defensores públicos com atuação na Execução Penal, o que proporciona conhecimento não apenas teórico, mas também prático.

Os interessados devem enviar e-mail, até o dia 15 de novembro, para escolasuperior@defensoria.mg.def.br, informando nome completo, telefone para contato e área de atuação.

A partir da inscrição, os interessados terão o prazo de seis meses para conclusão da capacitação.

Mais informações pelos telefones (31) 2522-8650-8651/8652/8659.

VII Simpósio Internacional de Direito CONSINTER 2020 – Edição Online — Universidad Complutense de Madrid

Durante os dias 17 a 19 de novembro será realizado o VII Simpósio Internacional de Direito CONSINTER 2020 – Edição Online — Universidad Complutense de Madrid.

O simpósio, que contará somente com os grupos de trabalho com a apresentação dos artigos científicos online, pretende ser um espaço de reunião para os alunos de pós-graduação (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores, onde possam discutir os resultados dos seus trabalhos, assim como trocar conhecimentos e experiências.

Trata-se de evento Internacional apoiado pela Anadep-Enadep e organizado pelo Consinter e pela Universidad Complutense de Madrid, na Espanha, com certificado emitido pela mesma Universidade, que concederá aos defensores públicos um desconto de 10% para envio de artigo científico.

O prazo para envio de artigos foi prorrogado até o dia 15/10/2020.

[Leia mais](#)